



Faculdade de Letras e ciências Sociais

Departamento de Arqueologia e Antropologia

Curso de Licenciatura em Antropologia

Trabalho de Fim de Curso

Pode Mulher Sem Útero ser Mulher?

Construção de ser Mulher na Cidade de Maputo.

Candidata: Rabia Cardoso Sopuela

Supervisora: Prof^a. Doutora Esmeralda Mariano

Maputo, Março de 2025

“Pode Mulher sem útero ser Mulher?”

Construção de ser Mulher na Cidade de Maputo

Trabalho de Culminação de Estudos apresentado na modalidade de projecto de pesquisa ao departamento de Arqueologia e Antropologia, Faculdade de Letras e Ciências Sociais da Universidade Eduardo Mondlane em cumprimento parcial dos requisitos exigidos para obtenção do grau de licenciatura em Antropologia.

Aprovado em _____ de 2025 Por

Supervisora

Presidente

Oponente

Maputo, Março de 2025

DECLARAÇÃO

Eu, Rabia Cardoso Sopuela, estudante do curso de Licenciatura em Antropologia na Universidade Eduardo Mondlane, Faculdade de Letras e Ciências Sociais, declaro por minha honra que este trabalho de pesquisa é original. Que o mesmo é resultado da minha investigação estando indicadas ao longo do trabalho e nas referências as fontes de informação por mim utilizadas para a sua elaboração. Declaro ainda que o presente trabalho nunca foi apresentado anteriormente, na íntegra ou parcialmente para a obtenção de qualquer grau académico.

Assinatura

Rabia Cardoso Sopuela

Maputo, Março de 2025

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho a todas mulheres incapacitadas de ser mãe e vítimas de violência doméstica.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiro ao meu AllahTa'ala, Deus todo-poderoso, pelo dom da vida, pela saúde e pela força de vontade em concluir a licenciatura.

Agradeço aos meus familiares em especial aos meus pais Cardoso Augusto e Rasse Jambe Sitoè, aos meus irmãos Gertrudes Bernardo, Francelino Chitane, Dárcio Augusto, Nurdin Cardoso, Shaida e Zainabo Cardoso pela força e motivação que me transmitiram durante esse período de formação. Sem deixar de lado agradeço também aos meus sobrinhos Clarisse, Jayden e Iracema chitane pelo amor transmitido durante o período de formação.

Agradeço imensamente á minha supervisora Prof^a Doutora Esmeralda Mariano pela paciência, disponibilidade e ensinamentos dados durante a realização do trabalho. Agradeço também aos docentes do Departamento de Arqueologia e Antropologia por terem transmitido muito conhecimento durante os 4 anos que estiveram comigo.

Agradeço também aos meus colegas do curso de Antropologia 2018, em especial á Cecília Dimande; Deisy Mateus; Diana Uamusse e Leonor Bzintonga que foram as minhas companheiras de grupo de estudo durante os 4 anos de curso. Agradeço também ao Momade Aiuba e Esaú Dimba pelos conselhos e apoio.

Aos meus informantes do bairro da urbanização que tornaram este trabalho uma realidade através da ajuda fornecida pelos mesmos, o meu muito obrigado. Agradeço igualmente aqueles que indirectamente ou directamente contribuíram para a minha formação em Antropologia.

RESUMO

O presente trabalho de estudo “ Pode Mulher Sem Útero ser Mulher? Construção de ser Mulher na Cidade de Maputo”, procura compreender a construção de ser mulher na cidade de Maputo partindo da interrogativa se Pode Mulher sem útero ser Mulher. O estudo procura abordar temáticas que envolvem o género, a sexualidade e o corpo da mulher. A pesquisa parte da pergunta central se a ausência do Útero invalida o reconhecimento social da mulher como mulher.

Através duma abordagem qualitativa onde procura explorar e compreender significados e contextos que são atribuídos na construção do ser mulher e nas entrevistas e observações realizadas com sete participantes entre mulheres com e sem útero e homens, o trabalho discute como o corpo feminino é socialmente construído e associado à maternidade. E revela que na visão dominante, a mulher é muitas vezes reduzida à sua função reprodutiva. Para alguns entrevistados, não possuir útero compromete a identidade feminina, sendo visto como uma falha social ou maldição.

Contudo, a pesquisa também evidencia resistências e discursos alternativos que reconhecem a mulher para além da biologia, valorizando a identidade de género como construção social.

Palavras-chave: Mulher, Género, Cultura, Maternidade.

INDICE

CAPÍTULO I: INTRODUÇÃO	1
1.1. Justificativa e Pertinência.....	2
1.2. Formulação do problema	3
1.3. Objectivos da pesquisa.....	3
1.3.1. Objectivo geral.....	3
1.3.2. Objectivos específicos.....	3
CAPÍTULO II: REVISÃO DA LITERATURA	4
2.1. Quadro teórico.....	4
2.1.1. Teoria de construção social.....	4
2.2. Quadro conceptual	6
2.2.1. Definição de conceitos básicos	6
2.2.2. O papel social da mulher.....	8
CAPÍTULO III: METODOLOGIA	10
3.1. Local da Pesquisa.....	10
3.2. Procedimento de Recolha de Dados.....	11
3.3. Questões Éticas da Pesquisa.....	11
3.4. Limitações e constrangimentos	12
CAPÍTULO VI: APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS	13
4.1. Apresentação do Perfil Sócio-demográficos dos Participantes.....	13
4.2.1. Percepção sobre o que é ser Mulher na cidade de Maputo	14
4.2.2. Experiências das mulheres sem útero	17
4.2.3. Estigma e formas de superação	19
CAPÍTULO V: CONCLUSÃO.....	23

CAPÍTULO I: INTRODUÇÃO

O presente trabalho de pesquisa intitulado “**Pode Mulher Sem Útero Ser Mulher? Construção de Ser Mulher na Cidade de Maputo**” constitui a proposta do trabalho de fim do curso para a obtenção do grau de licenciatura em antropologia, na Universidade Eduardo Mondlane, Faculdade de Letras e Ciências Sociais, no Departamento de Arqueologia e Antropologia.

O trabalho pretende analisar a situação da mulher sem útero olhando a construção que é feita sobre a mulher na cidade de Maputo, O objectivo geral do trabalho é compreender as experiências de ser mulher sem útero no bairro da Urbanização, cidade de Maputo. O trabalho procura trazer uma nova abordagem sobre questões ligadas ao género e construções de identidade, o tema e a abordagem escolhida para o mesmo se enquadram no ramo da teoria construtivista.

Em Moçambique a mulher constitui um grande valor social, por fecundar, garantir a sobrevivência e reprodução dum determinado grupo através dos filhos que a mesma gera, mas nem todas as mulheres tem a capacidade de fecundar e gerar filhos, e é olhando nessa abordagem que visa colocar a mulher num lugar de destaque por garantir a linhagem duma determinada família que o trabalho pretende analisar se ausência do útero invalida o reconhecimento social da mulher como mulher.

O tema é relevante para a antropologia porque traz uma nova abordagem e temática para os estudos antropológicos, contribui ao ampliar os debates sobre género e identidade, trazendo visibilidade para mulheres que são excluídas dos discursos dominantes sobre Feminilidade. Também propõe uma crítica à associação automática entre útero e mulher.

Em termos da estrutura, o trabalho apresenta cinco capítulos, sendo o primeiro, a introdução que contém contextualização, problematização, objectivos, a pesquisa e justificativa. O segundo capítulo consiste na revisão de literatura sobre a construção social de ser mulher. O terceiro capítulo apresenta os aspectos metodológicos que orientaram a pesquisa. No quarto capítulo analisa e discute os resultados obtidos do estudo e o quinto capítulo apresenta as conclusões e as recomendações do estudo.

1.1.Justificativa e Pertinência

O tema “Pode Mulher sem útero ser Mulher “ Construção de ser Mulher na cidade de Maputo. É o alavancar dum trabalho que procura contribuir com o avanço dos estudos antropológicos sobre questões de género e identidade. Este tema pode se enquadrar nos ramos da antropologia da saúde; sexualidade e cultural. Para antropologia este tema é importante porque levanta debates sobre questões de género, identidade, corpo e feminilidade, sendo a antropologia uma disciplina que se ocupa no estudo de compreender as diversidades sociais em todas as suas esferas da vida, desde a infância; a identidade; a cultura; o corpo e entre outros.

A motivação para a escolha do tema surgiu a partir da convivência com mulheres que por vários motivos não podem ter filhos, algumas por problemas ginecológicos e outras por questões sociais. O segundo motivo para escolha do tema é a escassez notória de literatura moçambicana sobre estudos de mulheres incapacitadas de ter filhos por questões de saúde, tradicionais, culturas ou por outras questões. O terceiro motivo è por ser um tema que despertou em mim a curiosidade e a vontade de saber mais sobre o que è ser Mulher no contexto Moçambicano.

1.2. Formulação do problema

Para Mott (2007) a realidade sexual é variável em diversos sentidos. Muda no interior dos próprios indivíduos, dentro dos géneros, nas sociedades, do mesmo modo como difere de género para género, de classe e de sociedade para sociedade. Não existe uma categoria abstracta e universal de erotismo ou de sexualidade aplicável para todas as sociedades, o perigo de se imaginar a existência de um biologismo é que pode legitimar perigosas atitudes normativas para a sexualidade, rotulando certas condutas naturais e outras como desviantes ou antinaturais.

De acordo com Loforte (2000) os discursos que representam a ideologia patriarcal dominante advogam que a sexualidade é o lugar da produção dos descendentes os quais irão dar continuidade ao grupo, em tanto que súbditos, fies e fornecedores de mão-de-obra. Os filhos dão estatuto, quantos mais filhos, mais aliados, mais vida social. Estes sucedem na chefia das unidades domésticas, encarregam-se do culto em memória dos antepassados. Pelas suas funções ligadas a produção dos indivíduos, por intermédio das relações sexuais, a sexualidade é um código privilegiado de linguagem tanto em termos económicos como sociais.

Para a mulher a função mais evidente é a da reprodutora física do grupo, o que determina o estrito controlo pelo colectivo em relação à sua sexualidade, a fim de assegurar a sua perpetuação e o aumento dos efectivos. Para Alves (2018:2) “biologicamente a mulher possui características próprias que a diferem do homem. Seus órgãos genitais, a sua capacidade de dar a vida a outro ser humano e o facto de menstruar”. Sendo a mulher um ser que biologicamente tem a capacidade de dar a vida a outro ser humano e possui um órgão que a capacita de menstruar mensalmente suscita daí a minha pergunta de partida: *pode mulher sem útero ser Mulher? e como é que essas mulheres sem útero se sentem sobre isso e como elas respondem a cobrança da sociedade em relação a maternidade?*

1.3. Objectivos da pesquisa

1.3.1. Objectivo geral

Compreender as experiências e construção de ser mulher na cidade de Maputo

1.3.2. Objectivos específicos

- i. Descrever a percepção sobre o que é ser Mulher na cidade de Maputo;
- ii. Descrever as experiências das mulheres sem útero;
- iii. Caracterizar o estigma e as estratégias adoptadas para responder a cobrança da sociedade em relação a Maternidade.

CAPÍTULO II: REVISÃO DA LITERATURA

2.1. Quadro teórico

A construção da presente revisão de literatura terá como suporte teórico a literatura antropológica e demais que aborda sobre construção da identidade, género e reprodução. Para início do trabalho remeto-me a explicar o campo de estudo da antropologia. De acordo com Laplatine (2003) a Antropologia é o olhar, o enfoque que consiste em estudar o Homem inteiro, o estudo do Homem em todas sociedades sob todas as latitudes em todos os seus estados e em todas as épocas.

Para Heilborn e Brandão (1999), o olhar antropológico caracteriza-se, em particular, por tornar da maneira mais ou menos radical a afirmativa de que os temas a serem investigados fazem sentido somente a partir da teia de significados e relações sociais que os sustentam em um determinado contexto. Assim, o que é sexo para um certo grupo não é necessariamente para outro, e os nexos estabelecidos entre essa dimensão e as demais da vida social também variam. E para Bagnol e Mariano (2006) a antropologia não vê “o corpo”, a “sexualidade”, o “erotismo” a “saúde” como objectos naturais mas sim como produtos históricos, quer dizer construções culturais que variam de acordo com os contextos socio-culturais. Nem todas as culturas humanas elaboram uma noção abstracta para definir o corpo como uma entidade biológica individualizada e a concepção de base da saúde e da doença é variável. A partir desta consciência e adoptando uma metodologia crítica de tipo cultural, política e histórica, a antropologia contextualiza os processos perceptivos e de conhecimento na relação entre o corpo e o mundo e contribui a desenvolver uma certa reflexividade sobre a experiência concreta de viver numa sociedade.

2.1.1. Teoria de construção social

Para a elaboração do estudo apoie-me na teoria construtivista que segundo Mott (2007), a teoria construtivista teve o seu início entre os historiadores dos anos 70, que consideravam crucial que o estudo sobre cultura sexual deve-se ter em conta os factores como: significados subjectivos dos comportamentos sexuais e a problematização das convicções científicas e populares ocidentais, evitando projecta-las em outros contextos históricos e culturais, a distinção entre a esfera do comportamento e a ideologia, a análise cuidadosa do corpo, suas funções, sensações e limites, incluindo o estudo da fisiologia do organismo e erecção, a consideração que a reprodução representa apenas uma pequena parte de um universo sexual muito amplo. De acordo com Andrade (2010) o construtivismo surge para explicar a sexualidade como uma construção social, um

produto de forças sociais e históricas. Por sua vez Vance (1995) considera que a teoria da construção social teve que recorrer a varias correntes para ganhar estatuto de corrente e ganhar espaço nas ciências sociais, a teoria das construções social deu origem aos estudos académicos que concentraram uma revisão crítica das teorias que usavam a reprodução para ligar o género com a sexualidade, explicando a inevitabilidade e a naturalização da subordinação das mulheres.

Os construtivistas muitas vezes têm abordagens diferentes sobre o que pode ser construído mas partilham da abordagem que defende que os actos sexuais fisicamente idênticos podem ter importância social e significado subjectivo variáveis, dependendo de como são definidos e compreendidos em diferentes culturas e períodos históricos. Assim como um acto sexual não traz em si um significado social universal, a relação entre actos sexuais e significados sexuais também não é fixa, o que torna sua transposição a partir da época e do local do observador um grande risco (Bento e Pelucio, 2012:203).

De acordo com Bento e Pelucio (2012), uma outra abordagem da teoria da construção social postula que até a direcção do próprio interesse erótico ou escolha do objecto sexual não é intrínseca ou inerente ao indivíduo, sendo construída a partir de possibilidades mais polimorfos. E Para Heilborn e Brandão (1999), a teoria do construtivismo social reúne abordagens que buscam problematizar a universidade do instinto sexual. O foco da argumentação é o de que existem formas culturalmente específicas, que o olhar ocidental chamaria de sexualidade, que envolvem contactos corporais entre pessoas do mesmo sexo ou de sexos diferentes, ligados ou não á actividade reprodutiva, que podem ter significados radicalmente distintos entre as culturas, ou mesmo entre grupos populacionais de uma determinada cultura.

Portanto, os significados sexuais e, sobretudo, a própria noção de experiencia ou comportamento sexual não seriam passíveis de generalização, dado que estão ancorados em teias de significado articuladas a outras modalidades de classificação, como o sistema de parentesco e de género, as classificações etárias, a estrutura de privilégios sociais e de distribuição de riqueza (Heilborn & Brandão, 1999: 204).

2.2. Quadro conceptual

2.2.1. Definição de conceitos básicos

Género

O conceito Género para Pondja (2017), surge como um dos princípios organizadores mais importantes da vida social, emerge da luta do movimento feminista e de várias tentativas de explicação teórica sobre a opressão e a posição de subalternidade das mulheres. Nesse sentido o conceito de género nasce como uma tentativa de resposta a vários desses impasses e permite analisar tanto as relações de género quanto a construção da identidade em cada pessoa. Por sua vez Munguambe (2018) explica que o conceito género é muitas vezes associado aos aspectos biológicos, órgãos genitais, numa lógica binária (homem e mulher), que atribui características universais a homens e mulheres, ignorando a preponderância da cultura na vida humana.

Para Bagnol (1996) a identidade de género refere-se ao conjunto de sensações internas que estão presentes em cada indivíduo e que o fazem sentir que pertence ao género masculino ou feminino, que é homem ou mulher. A anatomia das pessoas tem importância no desenvolvimento dessa “consciência de pertença” ao género masculino ou feminino, mas por si só não basta. A identidade de género é construída nas relações que cada um estabelece com a família e com a sociedade, a ‘

qual se soma a percepção que se vai adquirindo do próprio corpo. É impossível, do ponto de vista social, alguém crescer sem pertencer a um dos géneros, masculino ou feminino.

Sexualidade

O conceito de Sexualidade é para Mott (2007), a expressão social de relações sociais e físicas, desejos corporais, reais ou imaginários por outras pessoas ou por si próprio, incluindo todos os movimentos, vocalizações e reacções directamente ligadas a respostas psicofisiológicas que provocam excitação e resultam ordinariamente em prazer e orgasmo. E define género como o conjunto de arranjos pelos quais a sociedade transforma o sexo biológico como produtos psicossociais diferenciados.

Por sua vez Giddens (2001), nos traz dois paradigmas para classificar o construtivismo social aplicado à sexualidade, o primeiro é denominado por modelo de influência cultural, que parte da premissa de que há uma partilha fundamental entre o corpo e razão na qual o corpo permanece como uma espécie de substrato ao qual a cultura se sobrepõe alterando /modelando os

comportamentos, as experiências e as significações relativas ao que chamamos de experiência sexual. Aceita-se que a sexualidade seja universal e biologicamente, determinada cabendo a cada sociedade conformar o impulso ou pulsão sexual. O segundo modelo é mais enfático, postulando que o domínio sexual, do erótico ou das sensações do corpo é puro efeito de construções cu'

lturais. Nesse sentido, é necessário identificar as mediações, os vínculos que, em cada momento histórico definem o que seja sexual e de que modo tal significado se articula com as classificações de género, com a reprodução e com o sistema de parentesco. Não há, portanto, algo inerente á fisiologia ou á psique humanas que possa ser considerado um substrato universal sobre o qual acultura ópera, privilegiando-se o pressuposto da radical arbitrariedade do que venha a ser sexual.

Reprodução

Segundo Bozon (2004) durante muito tempo o conceito reprodução foi considerado natural e óbvia, inscrita na organização e na representação andocêntrica do mundo e das coisas. A posição subordinada das mulheres na reprodução era apenas um dos múltiplos aspectos da inferioridade do feminino no mundo social e sensível. Reprodução forçada com a finalidade de ressaltar que as mulheres eram socializadas em relações de sexo que, na verdade eram relações de produção de criança a serviço dos homens, visando reduzir ao mínimo os períodos não reprodutivos. Em inúmeras sociedades africanas a estimação da mulher estéril que não é considerada uma verdadeira mulher e a desconfiança em relação a mulher que entrou na menopausa. Sobre quem muitas vezes se abate a acusação de feitiçaria, ilustram essa limitação social das mulheres ao seu papel reprodutor.

Para Malinowski (1973), a maternidade é um ideal moral, religioso e mesmo artístico da civilização, a mulher grávida é protegida pela lei e pelos costumes e deveria ser considerada um objecto sagrado, enquanto ela mesmo deve sentir-se orgulhosa e feliz por sua condição. Os dados históricos e etnográficos atestam que este é um ideal que pode ser realizado. Na Europa Moderna, as comunidades judaicas ortodoxas da polónia conservam-no na prática, e entre elas uma mulher grávida é objecto de real veneração, sentindo-se orgulhosa de sua condição. Contudo nas sociedades cristãs arianas, a gravidez entre as classes inferiores tornou-se uma carga, sendo considerada um incómodo. Entre as pessoas abastadas é fonte de empecilhos, desconforto e temporário ostracismo da vida social ordinária.

2.2.2. Construção Social da Mulher

A célebre frase de Simone de Beauvoir, “Ninguém nasce mulher, torna-se mulher” expressa de forma clara a distinção entre género e sexo que está na base dos movimentos feministas e dos estudos sobre as mulheres. No entanto, a distinção entre estes dois conceitos, fundamentais para uma melhor compreensão da relação entre homens e mulheres, é um tema recente na história, fruto do século XX, e que contraria séculos de crença no determinismo biológico do sexo (Silva, 2007: 37).

Quando nos perguntamos “O que é ser um homem ou uma mulher?”, somos confrontados com inúmeras características que automaticamente associamos a cada um dos sexos, quase como se fossem inatas, inscritas no nosso código genético no momento da concepção, distinguindo homens e mulheres. É comum afirmar-se automaticamente que os homens são fisicamente mais fortes e as mulheres mais frágeis, os homens são mais determinados e racionais e as mulheres mais inseguras e emotivas, os homens têm mais vocação para as ciências e tecnologias e as mulheres para as letras e as ciências sociais, as mulheres preocupam-se mais com a aparência que os homens (Silva, 2007: 38).

Mas será que o sexo biológico justifica todas as diferenças que testemunhamos entre os homens e as mulheres? O desenvolvimento de disciplinas como a Sociologia, a Antropologia, a ‘Psicanálise e a Psicologia Social, no século XX, aliado ao desenvolvimento dos movimentos feministas de luta pela emancipação das mulheres, que tentavam explicar a desigualdade social existente entre os dois sexos, foi fundamental para trazer alguma luz a esta questão (Silva, 2007: 39).

Para Giddens (2001), as diferenças de género não são determinadas biologicamente, mas geradas culturalmente. Convencionou-se então, em Sociologia, utilizar o termo sexo para designar as diferenças anatómicas e biológicas que distinguem o corpo masculino e feminino e o termo género para designar as diferenças psicológicas, sociais e culturais entre os indivíduos do sexo masculino e os do sexo feminino.

Afinal, após quase um século de investigação sobre o papel do determinismo biológico nos padrões de comportamento associados ao feminino e ao masculino, não há qualquer evidência que associe as forças biológicas aos padrões de comportamento social dos dois sexos. “As teorias que vêem os indivíduos a agir de acordo com uma espécie de predisposição inata descuram o papel vital da interacção social na formação do comportamento humano.” (Giddens, 2001:110).

Esta distinção, esclarecedora e elementar para várias áreas do conhecimento, assenta em conceitos dinâmicos e não em verdades absolutas. Estamos assim perante conceitos essenciais em contínua mudança e discussão, mas que são, por isso mesmo, indispensáveis para o desenvolvimento do nosso conhecimento sobre os homens e as mulheres, as suas interações e o seu lugar na sociedade (Silva, 2007: 40).

Para Carrara e Simões (2007), na sociedade actual a reflexão sobre estes temas assume uma importância cada vez maior pois estudar as mulheres permite compreender de que forma as estruturas sociais – o género é uma categoria social na organização das relações culturais e sociais – influenciam as vidas dos homens e das mulheres. Verifica-se por vezes uma tendência perigosa para definir o género segundo padrões etnocêntricos e radicais, partindo do princípio que ao falar de género feminino todas as mulheres são ocidentais, brancas, de classe média, quando na verdade o conceito não se pode generalizar. As normas culturais variam muito, de uma sociedade para outra, dentro de uma mesma sociedade, em diferentes contextos históricos e entre distintos grupos numa mesma sociedade. Se o género é culturalmente fundamentado, aquilo que significa ser mulher ou homem varia de cultura para cultura.

Sobre esta questão, o trabalho de Hérítier apresenta reflexões e exemplos bastante consistentes e esclarecedores. O seu trabalho antropológico, centrado nas questões do parentesco, apresenta-se como uma ferramenta notável para ajudar a compreender a dimensão da variação cultural do conceito de género. “Vemos, pensados pelo homem, que o género, o sexo, a sua determinação, a adaptação do indivíduo não são factos provenientes apenas da ordem natural. Constituíveis e recriados, dependem da ordem simbólica, da ideologia, enquanto o enunciado desta ordem simbólica visa estabelecê-los como factos da natureza para todos os membros da sociedade” (Hérítier, 1998:192).

Um exemplo esclarecedor que Hérítier nos fornece na sua obra, diz respeito aos Inuit (Esquimós), que ela estudou e onde, independentemente do sexo fisiológico na altura do nascimento, os indivíduos assumem a identidade sexual da alma-nome reencarnada no seu corpo até à puberdade, altura em que assumem a identidade do seu sexo real. Assim, sendo as mulheres o sujeito do feminismo, o facto de o género assumir frequentemente uma identidade transcultural, inserida numa estrutura universal, surge como uma das principais críticas à teorização feminista, pois a universalidade da identidade feminina transforma-se numa forma de impor a outras culturas noções ocidentais de opressão (Silva, 2007: 40).

CAPÍTULO III: METODOLOGIA

O presente capítulo apresenta a metodologia que guiou a realização da pesquisa. Desde o método de abordagem, o método de procedimento, as técnicas e o grupo alvo. Para a realização desta pesquisa, foi usado a abordagem qualitativa, que permite trabalhar com o universo dos significados, motivações, crenças, valores e atitudes. Para Prodanov e Freitas (2013), na abordagem qualitativa o pesquisador mantém o contacto directo com o ambiente e o objecto de estudo em questão, nesse caso, as questões são estudadas no ambiente em que elas se apresentam sem qualquer manipulação intencional do pesquisador.

Quanto ao trabalho de campo foi usando o método exploratório, que segundo Lakatos e Marconi (2003), são investigações de pesquisa empírica cujo objetivo é a formulação de questões ou de um problema, com tripla finalidade: desenvolver hipóteses, aumentar a familiaridade do pesquisador com um ambiente, fato ou fenômeno, para a realização de uma pesquisa futura mais precisa ou modificar e clarificar conceitos. Empregam-se geralmente procedimentos sistemáticos ou para a obtenção de observações empíricas ou para as análises de dados (ou ambas, simultaneamente). Obtém-se freqüente mente descrições tanto quantitativas quanto qualitativas do objeto de estudo, e o investigador deve conceituar as inter-relações entre as propriedades do fenômeno, fato ou ambiente observado. Uma variedade de procedimentos de coleta de dados pode ser utilizada, como entrevista, observação participante, análise de conteúdo etc., para o estudo relativamente intensivo de um pequeno número de unidades, mas geralmente sem o emprego de técnicas probabilísticas de amostragem. Muitas vezes ocorre a manipulação de uma variável independente com a finalidade de descobrir seus efeitos potenciais.

3.1. Local da Pesquisa

De acordo com Marconi e Lakatos (2010), a pesquisa de campo é um tipo de metodologia de pesquisa que envolve a colecta dados directamente no ambiente ou contexto natural onde o fenómeno de interesse ocorre. Esse tipo de pesquisa é conduzido no local onde os eventos ou comportamentos estão acontecendo, permitindo aos pesquisadores obter detalhes e contextuais sobre o fenómeno em estudo. O trabalho de campo foi realizada no Bairro da Urbanização na periferia da cidade de Maputo, especificamente na zona de Magude, zona está que ganhou o nome de Magude porque antigamente o mesmo era povoado por habitantes provenientes do distrito de Magude. Tendo assim ganhado o nome de zona Magude, o bairro acolhe uma população maioritariamente jovem, que vivem de renda e muitos dos habitantes são desempregados. O bairro é dividido em quarteirões, e foi no quarteirão 24 onde foram realizadas as entrevistas.

Participaram do estudo seis (07) moradores do bairro Urbanização, sendo estes subdivididos em dois grupos. **Grupo A** constituído por mulheres sem útero e o **Grupo B** constituído por uma mulher com útero e dois senhores, estes deram o seu posicionamento sobre “**se a mulher sem útero pode ser considerada mulher**”. Para localizar as mulheres sem útero tive ajuda da minha irmã.

3.2. Procedimento de Recolha de Dados

Antes de iniciar a recolha de dados, foi elaborado um roteiro de entrevista em função dos objectivos específicos e perguntas de pesquisa, direccionado as mulheres sem útero, a mulher com útero e aos demais participantes. Para a recolha de dados apresentamos credencial disponibilizada pela Faculdade de Letras e Ciências Sociais (FLCS) à direcção do bairro. Antes do início da entrevista os participantes foram esclarecidos sobre os objectivos da pesquisa e sobre o carácter sigiloso no tratamento e divulgação das informações fornecidas. E foi solicitado aos entrevistados a autorização para gravação da entrevista. Para responder aos objectivos e questões de pesquisa, foi adoptada uma abordagem qualitativa, tendo como técnicas metodológicas a revisão de literatura e a análise documental.

Para a presente pesquisa foi elaborado dois roteiros de entrevista semi-estruturada em função dos participantes. O primeiro roteiro foi dirigido as mulheres sem útero e era composto por nove perguntas organizadas em função dos objectivos específicos que se pretendiam alcançar. A realização da entrevista durou em média 1 hora a 2 horas para cada participante. A primeira parte do roteiro foi composta por questões referentes aos dados pessoais dos participantes, e a segunda parte contém perguntas sobre as suas experiências de viver e serem mulheres sem útero. O segundo guião dirigido a uma mulher com útero e a dois homens. Para além de dados de identificação, o roteiro explorou as percepções sobre a mulher sem útero e se estas podem ser consideradas mulheres.

3.3. Questões Éticas da Pesquisa

O primeiro aspecto ético observado neste estudo foi a solicitação de uma credencial a direcção da Faculdade de Letras e Ciências Sociais para formalizar a realização do estudo no Bairro da Urbanização, Cidade de Maputo.

Durante a recolha de dados, foram respeitados rigorosamente todas as regras e normas traçadas pelo bairro sem prejuízo tanto para os entrevistados assim como para a comunidade no geral. Os dados recolhidos não serão usados para qualquer outro fim que não seja do estudo proposto. Como forma de proteger a identidade dos entrevistados, preocupou-se em estabelecer um consentimento do entrevistado, onde garantiu-se a integridade dos participantes; pelo que, para identificar os participantes (incluindo mulheres sem útero) foram utilizados nomes fictícios. Preocupou-se também, em realiza-se as entrevistas em espaços escolhidos pelas entrevistadas e que não transmitissem insegurança ou que expusessem as participantes da pesquisa. Todos os dados apresentados nessa pesquisa foram concebidos e aprovados pelos entrevistados.

3.4. Limitações e constrangimentos

Os constrangimentos enfrentados durante a realização do trabalho, podem ser resumidos em dois principais pontos, a destacar: o primeiro foi o **desrespeito e desinteresse dos entrevistados**: Um dos constrangimentos mais notáveis foi a falta de cooperação e seriedade por parte dos entrevistados. Muitos deles pareciam não levar as perguntas a sério, rindo delas como se o tema não fosse relevante. Alguns até mesmo suspeitavam que a situação era fictícia e não reflectia a verdadeira natureza do trabalho. Isso tornou a colecta de dados mais difíceis e frustrantes; o segundo foi o **desmarques frequentes**: O segundo desafio enfrentado foi a recorrente falta de comprometimento por parte dos entrevistados. Após agendar as entrevistas, muitos cancelavam as entrevistas justificando que se sentiam desconfortáveis com a exposição, considerando o tema sensível e até sobrenatural. Esses desafios representaram obstáculos significativos ao longo do projecto, tornando-o mais complicado e stressante. No entanto, eles também destacam a importância de perseverar e encontrar maneiras de superar adversidades ao longo do caminho.

CAPÍTULO VI: APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Nesta fase procurarei apresentar as informações obtidas no terreno, ou seja, os dados recolhidos a partir das entrevistas efectuadas. Como tal, os dados estão agrupados em secções, o que permite uma maior compreensão e clareza em relação aos objectivos traçados para a pesquisa.

4.1. Apresentação do Perfil Sócio-demográficos dos Participantes

A pesquisa empírica do presente trabalho foi efectuada no Bairro de Urbanização na Cidade de Maputo, onde foram entrevistados sete (07) indivíduos. De forma a conhecer o perfil sócio demográfico destas, recorreremos aos seguintes dados: idade, estado civil, nível de escolaridade, religião e ocupação/profissão. Com o intuito de preservar a integridade e privacidade das mulheres entrevistadas, procuramos ocultar os nomes verdadeiros, usando nomes fictícios.

Tabela 1: perfil sócio-demográficos dos participantes

Nomes (fictícios)	Estado civil	Sexo	Profissão	Idade	Nível de escolaridade
Armando	Casado	Masculino	Trabalhador	50	Superior
Beto	Solteiro	Masculino	Trabalhador	30	Superior
Marta	Solteira	Feminino	Estudante	26	Superior
Rosa	Comprometida	Feminino	Doméstica	48	Básico
Sara	Casada	Feminino	Doméstica	55	Básico
Teresa	Solteira	Feminino	Estudante	27	Médio
Laura	Solteira	Feminino	Comerciante	30	Médio

Conforme verificamos na tabela acima, no que tange a idade, foi possível obter um grupo de entrevistadas com idades compreendidas entre os 26 a 55 anos de idade. Deste grupo, quatro vivem em união de facto, dois são casados e uma separada. Em termos de escolaridades, duas concluíram o ensino médio, três concluíram o ensino superior, duas têm o ensino médio incompleto.

No que se refere a religião, verificamos que dos sete entrevistados cinco professam a religião cristã, e 2 professam a religião islâmica. Em termos de ocupação, duas realizam trabalhos domésticos, duas são estudantes e dois são trabalhadores e temos uma comerciante.

4.2.1. Percepção sobre o que é ser Mulher na cidade de Maputo

Segundo Pondja (2017), olhar tradicionalmente a definição do género feminino na esfera familiar é inegável que as primeiras palavras que aparecem na mente são maternidade, família, dona de casa e casamento. Na matriz cultural do sul de Moçambique a mulher constitui um grande valor social e económico, por ser produtora inserida na divisão do trabalho e na geração dos filhos. Na perspectiva dos povos bantos, a mulher e a terra são análogas, ambas estão ligadas pela capacidade inerente de fecundar, o que garante a sobrevivência e a reprodução do grupo. E de acordo com Mariano e Paulo (2009:41), nos vários contextos da realidade moçambicana existe uma grande expectativa sobre a mulher em relação ao papel da procriação e a identidade sexual, onde a mulher é construída em torno da capacidade de gerar filhos.

Segundo Louro (2010) o ser homem ou mulher é construído socialmente e incorpora as justificações culturais, e portanto contextuais, presentes nos discursos sobre a diferenciação entre homens e mulheres. Desta forma, é sublinhado que, apesar das diferenças entre homens e mulheres, do ponto de vista biológico, serem inegáveis, elas não justificam as diferenças culturais supostamente inerentes à feminilidade ou à masculinidade.

Como forma de descrever as percepções que os entrevistados têm sobre o que é ser mulher, questionou-se aos entrevistados **o que é ser mulher**. Os entrevistados responderam que ser mulher é usar saia, amarar capulana, ser mãe, ser dona de casa e ser organizada.

“Para mim, ser mulher é usar saia e amarrar capulana ser determinada, ser persistente, ser mãe, ser cuidadosa, ter respeito com o próximo, e ser organizada (Sara -55 anos).

“Ser mulher é ser uma dona de casa, ser mãe e desempenhar muitas actividades domésticas” (Armando 50 anos).

“Ser mulher tem duas vertentes (...) a sociedade vê a mulher como alguém que tem muitas funções dentro de casa, como cuidar da casa, do marido, cuidar das tarefas domésticas (...) e agora ser mulher é muito complicado, porque tem as constituições biológicas que definem um ser como mulher, que são capacidade de gerar filhos. (Marta 26 anos).

Com base nas respostas dos entrevistados, podemos inferir algumas percepções sobre o que significa ser mulher na perspectiva dos entrevistados. Essas percepções podem variar significativamente de pessoa para pessoa e são influenciadas por factores culturais, sociais e

individuais. As respostas de Sara e Armando sugerem uma visão mais tradicional dos papéis de género, onde ser mulher está associado a tarefas domésticas, ser mãe e cuidar da família. Essa visão reflecte normas de género que têm sido predominantes em muitas sociedades ao longo do tempo.

Para Tvedten, Paulo e Montserrat (2008), a cultura “tradicional e a religião ainda têm um forte impacto na formação de identidade e relações de género, além dos aspectos sócio-culturais essenciais do parentesco e casamento, a divisão do trabalho e controlo dos recursos económicos é provavelmente a determinante mais importante na formação das concepções de masculinidade, feminilidade e relações de género em Moçambique.

Para Monteiro & Manuel (2011), o papel sexual da mulher e os estereótipos de ideal femininos são ainda e sempre associados à sua aptidão biológica para a maternidade, apesar de nunca se ter comprovado qualquer determinismo biológico no que respeita, por exemplo, ao facto de essa aptidão estar associada a conceitos culturais como o instinto maternal, dotando a mulher de uma performance inata para cuidar de crianças.

Por sua vez, Butler (1990), argumenta que “a categoria mulheres é fragmentada internamente pela classe, pela cor, pela idade, pela etnicidade, para só referir alguns factores, a categoria de mulher entrecruza-se com outras componentes. Como podemos perceber, a questão levantada por Butler está relacionada com a heterogeneidade interna observada nas categorias de género.

O significado de ser mulher difere em função de outros factores constituintes de identidade, que operam em diferentes constelações, pelo que teremos de considerar não apenas os diversos factores mas também a multiplicidade de interacções entre eles. O contexto em que os indivíduos se desenvolvem não é isento da influência de factores que condicionam a forma de interpretar a feminilidade ou a masculinidade, que acabam por influenciar a forma como cada um se interpreta e projecta.

No que tange a pergunta **se uma mulher sem útero pode ser considerada mulher?** Os entrevistados afirmaram que uma mulher sem útero não pode ser considerada mulher. Porque, ser mulher implica ter capacidade de gerar filhos e constituir família.

“Não consigo imaginar uma mulher sem útero, mulher deve fazer filhos é nossa tradição é nossa cultura, um homem para verem que cresceu na sua família deve ter filhos” (Armando, 50 anos).

“Uma mulher sem útero, não pode procriar (...) Então, não podemos considerar mulher porque não esta completa. Uma mulher deve ter filhos”. (Beto 30 anos).

“Uma Mulher que não faz filhos nada, isso é maldição não pode, se nos loboramos uma mulher é pra família crescer, uma mulher que não faz filhos não terá utilidade” (Sara anos 55).

Isso demonstra que o útero é um órgão importante da feminilidade, muitas vezes, as mulheres são definidas em termos da sua capacidade reprodutiva. Na medida em que a ausência do útero pode levar a questionamentos sobre a identidade de ser mulher, uma vez que estamos lidando com normas profundamente enraizadas.

As mudanças sociais, atreladas ao contexto histórico, influenciam na construção da identidade de cada indivíduo, de acordo com o meio cultural que se esta inserido. Descreveremos, a partir disso, o percurso desenvolvido pela estrutura social moçambicana, relativo a o que se espera de indivíduos de cada sexo. Como se pode notar nos relatos acima apresentados que os entrevistado descrevem o que se espera de uma mulher. Que esta deve ser mãe e ter filhos. Nesta perspectiva, uma mulher sem útero não pode ser considerada mulher porque não estará em condições de responder com as expectativas do que se espera para indivíduos de sexo feminino. Como ilustra a resposta de um dos entrevistados.

Entretanto, contrariamente as respostas acima apresentadas duas entrevistadas apresentaram um posicionamento diferente, com os demais entrevistados. Afirmando que uma mulher sem útero pode ser sim considerada mulher, porque a ideia de que uma mulher é definida apenas por sua capacidade reprodutiva é redutiva e perpetua estereótipos de género prejudiciais. Visto que as mulheres têm uma variedade de experiências e identidades, e sua feminilidade não deve ser limitada por sua anatomia.

“É importante lembrar que nossa compreensão da identidade de género evoluiu ao longo do tempo. A identidade de género é uma construção social e não deve ser reduzida apenas à biologia. Portanto, uma mulher sem útero ainda pode se identificar e ser reconhecida como uma mulher com base em sua identidade de género, è o que eu acho” (Marta 26 anos).

“A sociedade está passando por uma mudança significativa na compreensão de género. A identidade de género não deve ser rigidamente

ligada à biologia. Mulheres que não têm útero podem e devem ser reconhecidas como mulheres com base em sua identidade de gênero, respeitando assim a diversidade de experiências de gênero, mas infelizmente esse assunto na nossa sociedade ainda é tratada de forma preconceituosa e cheia de tabu ” (Marta 26 anos).

4.2.2. Experiências das mulheres sem útero

De acordo com Salimena e Souza (2008), a ausência do útero é sentida e não vista, podendo desencadear angústia, persecutoriedade e a sensação de mutilação. A falta deste órgão em mulheres que não tem filhos pode provocar um impacto emocional, por despertar sentimentos de perda, de inutilidade, de destituição da condição feminina, isto porque para muitas mulheres a feminilidade está intimamente associada à capacidade de conceber. Tomando isto como verdade, a retirada do útero estaria associada à perda do seu valor simbólico e real.

Segundo Mariano e Paulo (2009), a infertilidade, ou seja, a incapacidade de conceber ou de dar à luz uma criança é um problema de saúde que pode ter efeitos em termos de satisfação individual e de bem-estar. Os aspectos da infertilidade têm severas consequências biológicas, sociais, psicológicas, de exclusão social e discriminação e conduzem a sentimentos de depressão, preocupação e tristeza.

Nesta secção pretende-se responder o objectivo que visa descrever as experiencias das mulheres sem útero. Para responder a este objectivo levantou-se três perguntas. Como você percebe e vivencia sua identidade de gênero e feminilidade? (questão 3); *Quais são os desafios físicos, emocionais e sociais enfrentados por você, em relação à maternidade, relacionamentos íntimos e aceitação social?* (questão 4).

Percepção de gênero e feminilidade das mulheres sem útero

No que se refere a percepção que as mulheres sem útero têm da sua identidade de gênero e feminilidade. As respondentes afirmaram que ausência de útero trouxe desafios emocionais significativos nas suas vidas. Quanto a maneira que lidam com os sentimentos de incompletude e preocupações sobre como os outros a vêem como mulher.

“Minha feminilidade é mais sobre quem sou como pessoa, mas a sociedade ainda define muitas expectativas com base na anatomia. Perdi o útero devido a um problema de saúde que tive, então tive que ser operada e retirada as trombas vaginais” (Teresa 27 anos).

“Meu marido tem uma segunda esposa, com essa mulher ele tem 5 filhos, essa mulher que esta com ele a família dele è que procurou para ele, no início da relação deles ele só ia para casa dela nos finais de semana, mas agora ela já mora lá e aqui só vem as vezes, aquela mulher deve sorte lhe deu meninas e um menino, as meninas até lhe deram netos, formou uma família de verdade”. (Rosa 48 anos)

“Para começar não é fácil saber que não tenho útero e que nem posso ter filhos, no início eu achava que era normal, não me preocupa, mas depois comecei a ver que nem mamãs não tenho, foi aí que eu comecei a me achar estranha, todas meninas da minha idade já tinham mamãs até as mais novas menos eu, então eu procurei saber porque isso esta acontecer, algumas pessoas diziam que é minha madrastra outros diziam que era minha avó que queria para eu morar com ela, eu nem sabia o que acreditar então comecei a andar nos curandeiros mas não resultou em nada, eu assim vivo de renda em renda de vergonha, por saber que não sou mulher e que ninguém vai me querer assim, qual é o homem que vai querer uma mulher que não faz filhos” (Laura 30 anos).

Os desafios enfrentados por mulheres sem útero

Segundo Mariano e Paulo (2009), a infertilidade pode ser explicada como um destino ou uma punição por parte de um espírito, pelo facto dos implicadores terem cometido uma infracção, devido a um comportamento desviante. As mulheres sem filhos são excluídas da participação em algumas actividades sociais

No que se refere aos desafios, as mulheres sem útero que participaram do estudo, afirmaram que o maior desafio que enfrentam é a questão da maternidade. Na medida em que a sociedade muitas vezes associa a feminilidade à capacidade de procriar, o que pode ser doloroso. Também enfrentam dificuldades em relacionamentos íntimos, pois a ausência de útero afecta a auto-estima.

“” (...) Eu vivo com vergonha, por não ter capacidade de procriar, por saber que não sou mulher e que ninguém vai me querer assim (...), qual é o homem que vai querer uma mulher que não faz filhos” (Laura 30 anos)

Não ter útero pode ser experienciado de diferentes maneiras pelas mulheres. Pode ter implicações negativas à sua vida, comumente relacionadas ao constructo social de atributos conferidos ao útero, quando se vêem desprovidas desse órgão. Por outro lado, a falta de útero também pode ser considerada pela mulher como produtora de implicações negativas como o estigma e a discriminação. Entretanto, Há que se considerar que o universo cultural e social no qual a mulher está submersa pode influenciar sobremaneira em sua vivência, quando a esterilidade. Numa pesquisa levada a cabo por Butler (2003) com mulheres mexicanas permitiu visualizar que o sofrimento gerado pela perda do útero recaiu muito mais em seu corpo social que no corpo biológico, interferindo substancialmente em seu processo de viver.

4.2.3. Estigma e formas de superação

O terceiro objectivo pretendia descrever as experiências das mulheres sem útero em relação ao estigma e as estratégias de superação que elas adoptam para superarem o estigma. Para responder a este objectivo levantou-se duas questões. Como as mulheres sem útero percebem o estigma associado a sua condição? E que estratégias adoptam para superarem o estigma.

Estigma e discriminação de mulheres sem útero

Para Silva (2007), num estudo levado a cabo por Hérítier (1998), concluiu que a impossibilidade de reproduzir é sempre atribuída à mulher. “A mulher estéril não é considerada verdadeira mulher, *Lo*; morrerá *Sum*, isto é, jovem imatura, e será enterrada no cemitério das crianças, sem que os feiticeiros, por ocasião do seu funeral façam soar os grandes tambores que se utilizam unicamente para honrar as mulheres fecundas.

Em relação ao estigma, os entrevistados afirmaram que o estigma vivenciado pelas mulheres sem útero pode ser profundo e variar em intensidade dependendo de diversos factores, como cultura, contexto social e individualidade. O estigma pode surgir de várias fontes, incluindo normas de género tradicionais, pressões sociais e expectativas em relação à maternidade e à feminilidade. Tendo ainda os entrevistados afirmando que em alguns momentos as mulheres sem útero experienciam olhares julgadores e comentários insensíveis ao revelarem as suas condições.

“Quando contei ao meu ex-marido que não podia lhe dar filhos por conta da cirurgia que fiz (...), os pais deles lhe aconselharam a terminar o relacionamento comigo porque já não podia ser mãe”. (Teresa 27 anos).

“Eu percebo que as mulheres sem útero muitas vezes podem enfrentar estigma e discriminação, especialmente quando se trata de conceitos

tradicionais de feminilidade e maternidade. Isso atinge não apenas as mulheres, mas também os parceiros que as apoiam” (Sara 55 anos).

“Nunca imaginei que existem mulheres sem úteros, para mim mulher deve ter útero isso é algo que faz parte das características dela, para que ela seja considerada mulher ela deve ter útero, ter mamas, ter aparência de mulher mesmo, até que não fazer filhos entendesse pode ser estéril, mas não ter útero é estranho, fico a pensar que será que ela anima como mulher, acho estranho....risos” (Armando 50 anos).

De acordo com Junod (1996), o estigma que as mulheres estéreis passam é resultado da construção social do que é ser mulher. Exemplo disso é que na sociedade Tsonga quando uma mulher não fazia filhos a mesma era oferecida a um sacrifício especial, muito parecido com o oferecido pelos Rhongas no dia da conclusão do casamento. Matava-se uma cabra, tirava-se um grande pedaço de pele, da largura dum pé, da região abdominal e três aberturas convergem para um ponto onde o estragalo da cabra é seguro por uma correia. A mulher estéril cobre-se com esta pele, o estragalo ficando-lhe sobre o peito; ela devia por a bexiga no cabelo e trazer estes ornamentos durante um certo tempo, para os Tsongas, parecia evidente que são os deuses-antepassados que enviam os filhos, isto explica a ideia de oferecer um sacrifício, em caso de esterilidade, mas fora do rito religioso, os doutores indígenas tem numerosas drogas para remediar esta infelicidade. A pobre mulher era desprezada, e a esterilidade poderia causar o divórcio, o marido retinha o direito de mandar a mulher para sua casa, mas geralmente os pais da mulher arranjam uma nhlampsa que é uma irmã ou uma parente mais nova da esposa e dão-na ao marido como segunda mulher.

Os depoimentos dos entrevistados sugerem que as mulheres sem útero podem enfrentar estigma e discriminação em relação à sua identidade de género e capacidade de serem mães. Porque existe uma ideia arraigada de que a presença de um útero é essencial para a identidade de género feminina. Essa concepção tradicional da feminilidade pode levar à discriminação contra mulheres que não têm útero devido a cirurgias ou outras razões.

Estratégias de Superação adotadas pelos homens para lidarem com casos de união com mulheres sem útero

No que se refere aos desafios enfrentados pelos homens no caso duma união com mulheres sem útero ou incapacitadas de ter filho alguns entrevistados afirmaram que para os homens lidar com essa situação seria fácil pois os mesmos tem a possibilidade de ter filhos com outras mulheres, podendo suprir a necessidade de ser pai.

“Para nos homens se a mulher de casa não faz filho, temos a vantagem de poder fazer fora, claro que não doer para ela porque quem terá mais consideração será aquela que teve filhos ” (Beto 30 anos).

Estratégias de superação adotadas por mulheres sem útero

A representação das mulheres sem útero como não sendo mulheres é forte no Bairro Urbanização, e estas marcas emocionais estigmatizantes desencadeiam atitudes discriminatórias. Como estratégia para enfrentar ou superar o estigma/discriminação, algumas mulheres sem útero buscaram reduzir o estigma por meio de segredo (revelam a condição apenas para pessoas próximas), busca de informações sobre a condição, apoio de grupos, onde as mesmas dividem as suas experiências e buscam por estratégias para lidar com o problema da falta de útero. Uma das entrevistadas afirmou, que para superar o estigma muda-se frequentemente de bairro em bairro.

“No bairro onde vivia, chamavam-me de nomes, e por isso vim viver aqui (...) com minha sobrinha que lhe trato como filha, para não passar por mesmas situações, estava demais”. (Laura 30 anos).

Participei de grupos de apoio online e offline (...) onde compartilhamos nossas histórias e experiências. Também decidi compartilhar minha história para ajudar outras mulheres a se sentirem menos isoladas (Teresa 27 anos)

A principal estratégia que adoptei foi o diálogo aberto com amigos e familiares. Tentando educar as pessoas ao meu redor sobre as realidades da infertilidade e como isso não define o valor de uma mulher. Também

procurei apoio em grupos de apoio e terapeutas especializados em infertilidade (Rosa 48 anos)

Como forma de mitigar os impactos causados pela discriminação, as mulheres sem útero tem se apoiado em criar redes de apoio sólidas, onde as mulheres podem compartilhar suas experiências e aprender a lidar com o estigma. Além disso, a educação e a consciencialização são fundamentais.

As estratégias desenvolvidas pelas mulheres sem útero, estão directamente relacionadas à prevenção do estigma que sofrem na sociedade. Materializam-se em comportamentos como a busca por informações, apoio dos membros da família.

As mulheres sem útero tendem a assumir atitudes e comportamentos que efectivamente possam resolver seus problemas. Baseando-se na proposta de Cohen e Lazarus (2003) apresentada por Gimenes (2010), para esta análise, foram utilizadas as seguintes categorias de estratégias: (a) busca de informação - referindo-se às informações relevantes para a resolução de problemas e/ou regulação de emoções; (b) acção directa - conjunto de atitudes e comportamentos assumidos pelos sujeitos a fim de resolver os problemas gerados por não ter útero; (c) inibição de acção - refere-se à contenção de acções e atitudes impulsivas ou consideradas perigosas pelos sujeitos; (d) esforços que permitem aos sujeitos negar, esquivar-se do problema, intelectualizá-lo, a fim de regular suas emoções diante da situação e (e) voltar-se para os outros - reconhecimento da importância do apoio social e busca deste tipo de apoio para lidar com a situação.

Entre as mulheres sem útero, as principais estratégias observadas foram à busca de informações sobre ser mulher sem útero e de apoio ou de suporte social da família e grupo de apoio de mulheres que partilham da mesma condição.

CAPÍTULO V: CONCLUSÃO

A presente pesquisa teve como objectivo compreender as experiências e construção de ser Mulher sem útero na cidade de Maputo. O primeiro objectivo da presente pesquisa consistia em descrever a percepção sobre o que é ser mulher entre residentes do bairro da Urbanização na cidade de Maputo. Para o primeiro objectivo obteve-se a resposta que para ser mulher é necessário usar um certo tipo de roupa tais como: saia, amarrar capulana, ser mãe, ser doméstica e ser organizada. Assim sendo para alguns entrevistados todas as mulheres que não apresentam estas características não deviam ser chamadas de mulheres.

No que se refere as experiências de vida das mulheres sem útero, o estudo concluiu que a falta deste órgão em mulheres que não tem filhos pode provocar um impacto emocional, por despertar sentimentos de perda, de inutilidade, de destituição da condição feminina, isto porque para muitas mulheres a feminilidade está intimamente associada à capacidade de conceber. No que se refere aos desafios, as mulheres sem útero que participaram do estudo, afirmaram que o maior desafio que enfrentam é a questão da maternidade, na medida em que a sociedade muitas vezes associa a feminilidade à capacidade de procriar, o que pode ser doloroso. Também enfrentam dificuldades em relacionamentos íntimos, pois a ausência de útero afecta a auto-estima.

Quanto o estigma foi possível constatar por meio deste estudo que as mulheres sem útero passam por situações diversas devido a sua condição, o impacto do estigma pode variar de mulher para mulher, dependendo de diversos factores, como cultura, contexto social e individualidade. O estigma pode surgir de várias fontes, incluindo normas de género tradicionais, pressões sociais e expectativas em relação à maternidade e à feminilidade.

Contudo, os resultados pretendidos para esta pesquisa foram alcançados, na medida que foi descrever as percepções do que é ser mulher na cidade de Maputo, descrever as experiências das mulheres sem útero e caracterizar o estigma e as estratégias de adoptadas por mulheres sem útero para responder a cobrança da Maternidade. Com os resultados alcançados concluiu que ser Mulher não é algo definido apenas pelo corpo mas construído socialmente, o útero tem um valor simbólico mas não pode ser o único critério para definir a Mulher, embora o estigma ainda seja forte há espaço para novos entendimentos sobre Feminilidade e é o papel da antropologia contribuir para essa reflexão crítica.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Alves, Amália. 2018. *A Construção Social do Papel da Mulher*. Atenas: Universidade de Atenas, 1-12.
- Andrade, Marcia. 2010. *A Sexualidade no Campo das Ciências Sociais: O Panorama Histórico e a Questão do Essencialismo e o Construtivismo Social*. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina.
- Bagnol, Brigitte & Mariano, Esmeralda. 2006. *Género, Sexualidade e Práticas Vaginais*. Maputo: UNAIDS, AUSAID. 1-37.
- Bagnol, Brigitte. 1996. *Diagnóstico da Orientação sexual em Maputo e Nampula*. Maputo: EMBAIXADA DO REINO DOS PAISES BAIXOS.
- Bento, Berenice & Pelúcio, Larissa. 2012. *Despatologização do género: a politização das identidades abjetas*. Revista Estudos Feministas .UFSC: Impresso. Vol. 2, p. 123-155.
- Bozon, Michel. 2004. *Sociologia da Sexualidade*. Rio de Janeiro: Editora FGV.
- Butler, Judith. 1990. *Gender trouble: feminism and the subversion of identity*. New York: Routledge. 1a. Edição 2a. Edição 1999. [(2003). *Problemas de género: feminismo e subversão da identidade*. Tradução Renato Aguiar. Revisão técnica Joel Birmann. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.]
- Carrara, Sérgio; Simões, Júlio. 2007. “*Sexualidade, Cultura e Política: A trajetória da identidade homossexual masculina na antropologia brasileira*”. Cadernos Pagu (Unicamp).
- Giddens, Anthony, 2001. *Sociologia*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Heilborn, Maria & Brandão, Elaine. 1999. *Sexualidade: O olhar das Ciências Sociais*. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 1-10.
- Héritier, Françoise. 1998. *Masculino Feminino - o pensamento da diferença*, Lisboa: Instituto Piaget.
- Junod, Henry. 1996. *Usos e Costumes dos Bantu*. Tomo 1. Maputo: Arquivo Histórico de Moçambique.
- Lakatos, Eva Maria & Marconi, Mariana de Andrade. 2003. *Fundamentos de Metodologia Científica*. São Paulo: Editora Atlas.

- Laplantine, François.2003. *Aprender Antropologia*. São Paulo: Editora Brasiliense
- Louro, Guacira Lopes. 1997. *Género, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista*. Rio de Janeiro:Petrópolis. Editora Vozes.
- Loforte, Ana.2000. *Género e Poder Entre os Tsonga de Moçambique*. Editora Maputo: Promédia.
- Munguambe, Danicia.2018. *Trabalho domestico e masculinidade: dinâmicas de género na gestão da água no contexto de Dengue em Pemba*. Trabalho de fim de curso (tese de licenciatura em Antropologia). Faculdade de letras e Ciências Sociais, UEM, Maputo.
- Mott, Luiz. 2007. *Teoria antropológica e sexualidade humana*. S/L.
- Mariano, Esmeralda & Paulo, Margarida. 2009. *Infertilidade, Fertilidade: Áreas escondidas do nosso Quotidiano?*. Maputo: Editora Kula Lda.
- Malinowski, Bronislaw.1973. *Sexo e Repressão na Sociedade Selvagem*. Petrópolis: Editora Vozes LTDA.
- Monteiro, Ana Piedade & Macia, Manuel. 2011. *As disparidades socioeconómicas do género em Moçambique*. In: INE – III Censo Geral da População, “Análise aprofundada dos dados utilizando resultados dos Censos Populacionais de 1997 e 2007”, Maputo.
- Pondja, Clélia. 2017. *A Mulher em Maputo: Dimensões Antropológicas de Género e Reprodução*. Lisboa: Instituto universitário de Lisboa.
- Prodanov, Cleber Cristiano & Freitas, Ernani Cesar. 2013. *Metodologia do trabalho científico:métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho académico*. Rio Grande do Sul : Novo Hamburgo, Editora: Feevale.
- Silva, Gabriela. 2007. *Educação e género em Moçambique*. Centro de Estudos Africanos da Universidade do Porto: Porto, 1ª Ed.
- Salimena, Anna Maria de Oliveira & Souza, Ívis Emília de Oliveira. 2008. *O sentido da sexualidade de mulheres submetidas à histerectomia: uma contribuição da enfermagem para a integralidade da assistência ginecológica*. Esc Anna Nery Rev Enferm.
- Tvedten, Inge, Margarida Paulo & Georgina Montserrat. 2008. *Políticas de Género e Feminização da Pobreza Em Moçambique*. CMI Report.